

1.1 Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense

*Arthur Soffiati**

Há muitas vozes a afirmar que o documento conhecido como Roteiro dos Sete Capitães, do século XVII, é falso¹. No entanto, se ao menos a descrição geográfica que faz da planície dos Goitacases, tem sustentação, havia nela uma intrincada rede hídrica constituída por cursos d'água e lagoas que convergiam para os rios Itabapoana, Paraíba do Sul e Lagoa Feia e com saída por uma considerável quantidade de braços do delta do Paraíba do Sul. Ainda no século XVIII, o capitão Manoel Martins do Couto Reis tinha dificuldades em descrevê-la (REIS, 1785).

Por mais que desejassem o domínio deste mundo aquoso, os colonos europeus não tiveram alternativa senão curvar-se diante dele até o século XVIII. O máximo que se conseguiu, até então, foi a abertura do rio Furado pelo capitão José de Barcelos Machado, em 1688, e a limpeza dos cursos d'água já existentes, principalmente sob comando dos jesuítas. No século XIX, porém, a tecnologia permitiu aos descendentes de europeus a abertura de canais para navegação visando o escoamento da produção do interior para Campos e desta cidade para São João da Barra e Macaé, portos que permitiam o embarque para o Rio de Janeiro e Salvador, sobretudo, e mesmo para o exterior. Com o advento das ferrovias e das rodovias, os canais de navegação perderam a utilidade e transformaram-se em canais de drenagem. Examinamos, neste artigo, os quatro grandes canais de navegação construídos na região, com o objetivo maior de propor sua proteção e restauração por sua importância histórica e cultural.

1 Canal Campos-Macaé

Julio Feydit não se enganou nem nos enganou ao afirmar que o bispo campista José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho foi o primeiro a propor a abertura de um canal ligando Campos a Macaé (FEYDIT, 1979). De fato, o clérigo, nascido em Santo Antônio de Guarulhos, escreveu:

* Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes.

¹ “Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

Toda esta planície [entre os rios Macaé e Paraíba do Sul] é cortada de vários rios e lagoas, cujas águas correm umas para o rio Paraíba, outras para o rio Macaé, e pelo meio de toda aquela planície se pode fazer um canal de comunicação desde as nascentes dos dois rios Ururá e Macabu que, nascendo da grande Serra do Mar, vão entrar na famosa lagoa Feia, que por um braço se estende para o lago de Quissamã e deste para as lagoas de Carapebus, até entrar no dito rio Macaé (AZEREDO COUTINHO, 1966).

A este respeito, Hildebrando de Araujo Góes mostra que João José Carneiro da Silva (Barão do Monte de Cedro) atribuiu a idéia original não apenas a Azeredo Coutinho, como também a José Silvestre Rabelo, na memória *Alguns Canais Brasileiros* (GÓES, 1934). Acompanhando Alberto Frederico de Moraes Lamego – para quem qualquer afirmação em história deve, necessariamente, sustentar-se em documentos, ainda que não tenha sempre, ele mesmo, revelado suas fontes –, o canal Campos-Macaé foi idealizado em 1837 pelo inglês John Henrique Freese e autorizado por lei da Assembléia Provincial, de 15 de outubro do mesmo ano (LAMEGO, 1942). Na verdade, trata-se do Decreto nº 85, de 19 de outubro, como se pode constatar na coleção da legislação provincial do Rio de Janeiro (SOUTO, 1850). Ainda seguindo Lamego, a Câmara Municipal de Campos, que, em 1833, havia encaminhado uma representação ao Presidente da Província sobre a utilidade do canal “por onde pudessem sair em qualquer tempo os produtos agrícolas do município e outros gêneros de consumo”, dirige ofício ao major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, chefe da 4ª Seção, datado de 15 de novembro de 1838, encarecendo a necessidade de rasgar um canal entre os rios Paraíba do Sul e Ururá (LAMEGO, 1942).

José Carneiro da Silva, visconde de Araruama, foi o grande animador da obra, persuadindo o governo provincial de que ela contribuiria para o dessecamento dos pantanais da região, para a fluência das águas estagnadas, para o transporte por via fluvial e para a substituição do porto de São João Barra, com foz perigosa, pelo de Macaé (SILVA, 1836). Incumbido da empreitada, ele iniciou os trabalhos a 1 de outubro de 1844. Todo escavado pelo braço escravo, finalmente o canal foi inaugurado em 1861, interligando as bacias do Paraíba do Sul, da lagoa Feia e do Macaé. No entanto, a construção da estrada de ferro Campos-Macaé tornou-o obsoleto poucos anos depois. Os quase dois mil contos de réis consumidos com sua construção não tiveram o retorno esperado. Charles Ribeyrolles, que vislumbrou, com entusiasmo, o ingresso do norte fluminense na modernidade, enumera como totalmente drenadas pelo

canal Campos-Macaé as lagoas do Osório, do Coelho, do Pessanha, do Sítio Velho, do Baledo, da Travagem, do Campo da Cidade, Cinza, da Piabanha [esta não foi inteiramente dessecada], do Paulo, do Morcego, da Capivara, do Anil, do Carmo, da Mantiqueira [Mandiquera], do Moreno, do Campo Novo, do Engenho Velho, Suja, da Tábua [deve ser Tabua], além de outras que, por serem profundas, só foram esgotadas parcialmente, como a do Jesus, Paulista e Carapebus (RIBEYROLLES, 1980). A maioria delas pertencente à bacia da Lagoa Feia. A julgar por uma planta de nivelamento levantada por Antonio Joaquim de Souza e Jacintho Vieira do Couto Soares, todas elas são significativos ecossistemas de água doce (SOUZA , 1849).

Aos poucos, o canal Campos-Macaé foi aproveitado para drenagem da Planície dos Goytacases e para despejo de esgoto. A partir de 1935, com as obras de drenagem efetuadas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada pelo governo federal em 1933, ele integrou-se a uma vasta rede de canais e comportas. Atualmente, encontra-se abandonado em vários pontos, poluído, assoreado e eutrofizado.

Considera-se o Canal Campos-Macaé o segundo mais longo do mundo, com cerca de 100 quilômetros. Além dos escoadouros naturais, este canal criou, para o rio Paraíba do Sul, mais um desaguadouro no mar que se conecta ao rio Macaé exatamente junto a sua foz. Posteriormente, o Canal da Flecha funciona como mais um braço defluente do Paraíba do Sul no mar. Na década de 1950, grande parte do rio é transposta para o rio Guandu, que desemboca na baía de Sepetiba. Finalmente, os canais do Vigário e Engenheiro Antonio Resende, lançam parte de sua água no mar valendo-se da antiga foz do rio Guaxindiba.

Em nome de sua importância histórica, o Canal Campos-Macaé foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural mediante Edital publicado, oficialmente, em 30 de dezembro de 2002. O tombamento incluiu o Córrego Grande ou do Cula, um dos braços do delta do rio Paraíba do Sul:

O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural notifica aos proprietários ou a quem interessar possa que fica determinado o tombamento provisório, nos termos do inciso II, do artigo 5º do Decreto 5º 5.808, de 13 de julho de 1982, do bem de valor histórico e paisagístico denominado CANAL CAMPOS-MACAÉ em toda a sua extensão que atualmente corta os Municípios de Campos dos Goytacases, Quissamã, Carapebus e Macaé e do trecho urbano do CANAL DO CULA ou GRANDE CANAL a ele associado localizado no Município de Campos dos Goytacazes, R. J., conforme processo 5º E-18/1 134 2002

Os dois canais também estão protegidos pelo novo Plano Diretor de Campos dos Goytacazes.

2 Canal de Cacimbas

Além do mais famoso canal da região norte fluminense, do qual restam atualmente melancólicos remanescentes, outros foram construídos e abandonados. Da foz do rio Paraíba do Sul para o interior, contam-se o de Cacimbas, o do Nogueira e o da Onça.

O sertão de Cacimbas, à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, entre a costa e a Formação Barreiras, gozou de merecido prestígio nos séculos XVIII e XIX por suas preciosas madeiras de lei e pelos estabelecimentos rurais. Apresentava, no entanto, um obstáculo ao seu crescimento: uma via de acesso que permitisse o escoamento de sua produção para o rio Paraíba do Sul e deste para outras partes do Império. A configuração física do terreno mostrava-se favorável à abertura de um canal que acompanhasse as valas entre cordões de restinga. Atento a este rasgo topográfico, o major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde escreveu em seu relatório, publicado em 1837:

O extenso e produtivo Sertão de Cacimbas, hoje já povoado por muitos e bons estabelecimentos quer de agricultura, quer de exploração de ricas madeiras, acha-se muito mal servido de comunicações para a Vila, e Porto de S. João da Barra, oferecendo, aliás, proporções para abertura de um canal que, comunicando os brejos de cacimbas com a Lagoa de Macabu, lhes evite o caminho que ora fazem por terra até aos maus Portos de Gargaú, Terra Nova, etc. (BELLEGARDE, 1837).

Este foi o primeiro passo para a abertura do desejado canal, cuja construção foi autorizada pela Lei Provincial nº 160, de 10 de maio de 1839. Pelos seus termos, o presidente da província ficava autorizado a contratar a companhia organizada em São João da Barra, por Francisco José Rodrigues Fernandes, José dos Santos Pereira e Souza, Manoel Pereira Porto e Marcos Lopes Kopke, ou outra que oferecesse maiores vantagens, para abrir um canal que atravessasse o sertão das Cacimbas e estabelecesse comunicação entre o rio Paraíba e a lagoa de Macabu. A lei estabelecia o prazo de um ano para o início das obras, sob pena de anulação do contrato e, depois de pronto o

canal, a obrigação da empresa na conservação da obra e na construção de pontes. Por outro lado, ela ganharia a propriedade perpétua da via navegável, o monopólio de manter por trinta anos um canal fluvial no sertão, salvo na lagoa de Macabu e demais corpos d'água atravessados pela vala, e o direito de cobrar taxas pelo seu uso nas barreiras que estabelecesse, contando, inclusive, com a força armada da província em caso de recalitrância dos usuários. Em plena vigência de um Estado liberal do tipo clássico, a iniciativa privada usufruía grandes poderes, mas não de forma absoluta. As vantagens oferecidas à empresa revelam bem o patrimonialismo do Estado.

De todas as obras desta natureza executadas na região, o canal de Cacimbas é o que mais aproxima as bacias do Paraíba do Sul e do Itabapoana. Sua construção não teve por fim ligar os dois sistemas hídricos, mesmo porque as características do relevo não o permitiriam. Concluído e operando, Fernando José Martins comentava, na segunda metade do século XIX:

O grande serviço que à indústria e ao comércio hão prestado os empresários da vala navegável do sertão de Cacimbas é certamente incalculável. Os portos da cidade encontram-se sempre apinhados de madeiras de quaisquer dimensões, o que contribui vantajosamente para a rápida conclusão das obras com pouco estipêndio e menor tempo; proveito exclusivamente devido à facilidade com que agora se transportou (sic) as madeiras daquele vasto continente [...] Esta útil empresa, concebida e posta em prática há pouco mais de 25 anos por uma associação de particulares, tem sua base à margem esquerda do Paraíba cerca de 4.500 braças acima de sua foz, no lugar denominado *Cacimbas*; e correndo em linha reta na direção de N.S. por espaço de 6 a 7.000 braças até a volta do Cipó, daí segue em sentido oblíquo a entrar na lagoa de Macabu, centro da freguesia de S. Francisco de Paula, onde presentemente termina (MARTINS, 1868).

Tanto o canal de Cacimbas quanto a lagoa de Macabu figuram nos minuciosos mapas traçados por Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer e por G. W. e C. B. Colton (BELLEGARDE; NIEMEYER, 1866). Numa terra de abundância, tem-se a ilusão de que a natureza é inesgotável. O canal de Cacimbas levou os empresários e a população em geral a acreditar que ele permitiria explorar uma fonte inexaurível de riquezas. A via navegável estimulou um desmesurado desmatamento no sertão de Cacimbas. Se houve acumulação progressiva de capital por um lado, por outro houve a desacumulação da natureza. Hoje, no sertão de Cacimbas, restam apenas alguns fios de cabelo da pujante cabeleira florestal de outrora. Como os demais,

o canal de Cacimbas foi primeiramente abandonado. Com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, ele foi recuperado e integrado à grande rede de drenagem da baixada norte-fluminense, desembocando atualmente no canal Engenheiro Antonio Resende. Por meio de comportas automáticas, ele passou a servir aos interesses da agropecuária e a desagradar pescadores. Por mais de uma vez, houve atrito entre representantes destas duas atividades econômicas, uma delas motivando a instauração de um inquérito civil público pelo Ministério Público Federal.

3 Canal do Nogueira

A grande lagoa do Campelo separava o sertão de Cacimbas do sertão do Nogueira, com este nome, segundo consta, porque um de seus primeiros habitantes chamava-se Francisco Nogueira Monte. Ele se estendia da referida lagoa até as margens do rio Muriaé, pelo lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul. Zona situada nos tabuleiros, sua ocupação se deu por pioneiros que partiram da baixada. Nela, prodigalizavam as lagoas formadas, principalmente, por rios provenientes do patamar cristalino e que foram barrados no tabuleiro pela grande restinga do norte fluminense e pelos sedimentos acumulados nas cheias dos rios Paraíba do Sul e Muriaé. Pouquíssimos cursos d'água conseguiram romper este obstáculo interposto pelo mar, entre eles o Itabapoana e o próprio Paraíba do Sul, por força da vazão de suas águas. Entre ambos, apenas o pequeno rio Guaxindiba logrou tal façanha. Nas palavras de Camilo de Menezes:

É o único afluente do oceano entre a foz do Paraíba e a ponta de Mangueiros. Sua barra, ao contrário das situadas ao sul de Atafona, é muito estável e só se fecha quando cessa totalmente a descarga do rio; logo às primeiras chuvas pode-se abri-la facilmente (MENEZES, 1940).

O canal pretendia interligar o Rio Paraíba do Sul e a lagoa do Campelo, passando pelas lagoas Maria do Pilar, Taquaruçu, brejo da Olaria, do Fogo e Brejo Grande, além de permitir a comunicação com outras lagoas por meio de ramais, já que as águas do Campelo se misturavam com as lagoas da Saudade, Formosa, dos Coxos e Tigibibaia. A obra foi projetada em 1829 pelo brigadeiro Antonio Elisário de Miranda Brito, mas só iniciada em 1833 (LAMEGO, 1942). Há um livro da Câmara Municipal de Campos dos

Goitacases registrando a contabilidade do canal de dezembro de 1834 a agosto de 1835 e com termo de fechamento do seguinte teor: “Aqui se finda esta conta em virtude da ordem do Exmo. Senr. Vice-Presidente da Província de 19 de Junho, pois que mandou parar com a consignação mensal, e o [ilegível] no andamento da obra (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS. *Código 17,72*). Lamego afirma que, mesmo assim, os trabalhos prosseguiram de forma ininterrupta até 1845 (LAMEGO, 1942). Em 2 de junho de 1852, 85 moradores de Guarulhos encaminharam requerimento à Comissão dos Negócios Internos reivindicando a abertura de um canal que ligasse a lagoa da Saudade ao Rio Paraíba do Sul, passando pelos sertões do Nogueira e de Imburi, proposta que Bellegarde já havia apresentado em 1837, com o nome de canal do Campelo, articulado ao canal do Nogueira. Logo a seguir, a Câmara Municipal de Campos reforçou o pedido junto ao presidente da província. Estabeleceu-se, então, uma discordância entre Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda, chefe do 5º Distrito, favorável à abertura da vala, e Amélio Pralon, engenheiro da Câmara Municipal de Campos, propugnando a continuação do canal do Nogueira. Prevaleceu a opinião de Pralon e o Nogueira foi retomado entre 1853 e 1871, ficando inconcluso. Custou ao todo um milhão, cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e um contos e oitocentos réis (LAMEGO, 1942).

Alberto Ribeiro Lamego o considera uma obra suntuária, toda revestida de cantaria, para escoar madeiras nobres e a produção agrícola do sertão que lhe emprestou o nome (LAMEGO FILHO, 1934). Camilo de Menezes diz que a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense restabeleceu-lhe, parcialmente, o curso em fins dos anos 30 do século XX, desentulhando as ligações entre as lagoas de Taquaruçu, Brejo Grande e outras. O mesmo autor explica que a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense restabeleceu-lhe parcialmente o curso, avivando ligações entre várias lagoas (Taquaruçu, Brejo Grande e outras). Informa também que as duas eclusas² do canal estavam semidestruídas. A primeira, junto ao rio Paraíba, permitia a entrada de embarcações no canal. Nesta, não existiam mais suas portas tendo-se construído nela uma barragem transversal de alvenaria, com pequena comporta. A segunda, cerca de 8 quilômetros à jusante do Paraíba, destinava-se a vencer o degrau entre o nível do canal logo depois do rio e o nível mais baixo comandado pelo Brejo Grande. Acrescenta ainda que a drenagem da lagoa do Vigário começou com a abertura de uma vala que desaguava no canal do Nogueira, pois a antiga sangria feita pela prefeitura, ligando a lagoa ao Paraíba mostrava-se inútil, pois só funcionava nas estiagens, quando não era necessária (MENEZES, 1940).

² Águas separadas, braços e canais ou lagoas.

Esquecido por muito tempo, o canal do Nogueira foi redescoberto em 1999. A eclusa junto ao Paraíba, conquanto abandonada, mostra-se íntegra e apta a ser restaurada. A lagoa de Maria do Pilar foi drenada e se transformou no brejo do Parque Prazeres, que, segundo pesquisa do Laboratório de Ciências Ambientais do CBB/UENF, funciona como amortecedor da carga poluente que entra na lagoa do Taquaruçu. Houvesse interesse do poder público, as lagoas drenadas poderiam ser recuperadas; o canal, redragado e as eclusas, restauradas, permitindo uma excelente opção de lazer e turismo, desde que toda a obra fosse presidida por rigorosos estudos prévios de impacto ambiental. Mesmo no estado em que está a primeira eclusa, é desejável o seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural ou, ainda, pela municipalidade.

4 Canal da Onça

Acima dos sertões do Nogueira e de Imburi, entre os rios Muriaé e Itabapoana, situava-se o sertão da Pedra Lisa, amplo território em que se erguem fragmentos da Serra do Mar e ramificações da Serra da Mantiqueira. Um deles é o maciço do Morro do Coco, onde assoma a Pedra Lisa. Cerca de oito cursos d'água descem destas elevações e desembocam em lagoas represadas, depois de irrigarem o tabuleiro. Um deles, o valão da Onça, deflúia na extinta lagoa do mesmo nome, sugerindo a espécie animal que freqüentava suas imediações. O café se expandia para aquelas regiões com tal vigor que, em 1844, cerca de 120 colonos belgas lá se instalaram. A experiência malogrou, permanecendo apenas o belga contratante, que se dedicou a substituir matas por cafezais.

José Fernandes da Costa Pereira, um dos grandes proprietários naquela região, tomou a si a tarefa de ampliar e regularizar o canal da Onça, de forma a facilitar o escoamento de madeiras e da produção da Pedra Lisa. Com recursos obtidos por subscrição popular, realizou a obra em tempo recorde: iniciada em 10 de julho de 1840, ela foi concluída em 3 de novembro do mesmo ano. No ano seguinte, contudo, pela lei nº 244, de 10 de maio, o governo provincial determinou que a Câmara Municipal de Campos indenizasse José Fernandes da Costa Pereira com a importância de quatro mil e seiscentos contos de réis e se tornasse proprietária do canal, encarregando-se de sua limpeza e conservação, bem assim da cobrança de taxas aos usuários.

Descendo do sertão da Pedra Lisa, o valão drenava diversos brejos, alargava-se num ponto denominado Porto da Madeira, entrava na lagoa da

Onça e dela saía em direção ao rio Muriaé. No tempo das águas, desciam por ele pranchas conduzindo madeiras e produtos agrícolas em direção a Campos e São da Barra, por onde eram exportados. Cumpriu ele o mesmo papel dos canais de Cacimbas, do Nogueira, Campos-Macaé e do Jacaré, este natural e ligando a lagoa das Pedras ao rio Paraíba do Sul, até que as ferrovias principiassem a substituí-los na segunda metade do século XIX (SOUTO, 1850; MELLO, 1886; FEYDIT, 1979; LAMEGO, 1947).

Com as obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o canal da Onça passou a contornar a lagoa do mesmo nome por fora, deixando de alimentá-la de água. Drenada pelo segmento do canal à jusante do ecossistema lagunar, ele foi estiolando até ser transformado em terra para o plantio de cana. Todavia, o vigor da estação das águas de 1996-1997 fez a lagoa ressuscitar em parte, com seu rápido povoamento por peixes, répteis (jacaré-de-papo-amarelo) e mamíferos (lontra). Mas, logo em seguida, a Usina Sapucaia drenou-a novamente. Seja como for, ficou demonstrada a pujança da única lagoa do Norte Fluminense situada entre o tabuleiro e a serra.

5 Referências

BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Relatório da 5ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro Apresentado à Respectiva Diretoria em Agosto de 1837*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. F. da Costa, 1837.

BELLEGARDE, Pedro D'Alcantara; NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro (publicado por Eduardo Bensburg)*. Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

_____. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*. Nova Iorque: G.W. & C.B. Colton, 1866.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS. *Código 17,72*.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal com suas Colônias. *In: Obras Econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FEYDIT, Julio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacases*. 2. ed. Rio de Janeiro: Esquilo, 1979.

GÓES, Hildebrando de Araújo. *Saneamento da Baixada Fluminense: Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. S.l.: s.n., 1934.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro: s.n., 30 dez. 2002.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos*. Tomo V. Niterói, RJ: Diário Oficial, 1942.

_____. *A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos*. Niterói, RJ: Diário Oficial, vol. V (1942) e VIII (1947).

LAMEGO FILHO, Alberto. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Católica, 1934.

MARTINS, Fernando José. *História do Descobrimento e Povoação da Cidade de S. João da Barra e dos Campos dos Goitacases, antiga Capitania da Paraíba do Sul e da Causa e Origem do Levante Denominado – dos Fidalgos – Acontecido em Meados do Século Passado*. Rio de Janeiro: Quirino & Irmão, 1868.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goitacases em 1881*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1886.

MENEZES, Camilo de. *Descrição Hidrográfica da Baixada dos Goitacases*. Campos, RJ: Ministério da Viação e Obras Públicas/Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense/Residência da Baixada dos Goitacases, abr. 1940.

REIS, Manoel Martins do Couto. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaxo da Dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: 1785, ms. original. Acervo particular do autor.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: Edusp, 1980.

SILVA, José Carneiro da. *Memória sobre a Abertura de um Novo Canal para Facilitar a Comunicação entre a Cidade de Campos, e a Vila de S. João de Macaé*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e Comp. 1836.

SOUTO, Luiz Honorio Vieira (Org.). *Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850*, parte I. Niterói: Tip. Fluminense de Lopes & Cia., 1850.

SOUZA, Antonio Joaquim de; SOARES, Jacintho Vieira do Couto. *Planta e Nivelamento do Canal entre a Cidade de Macaé e a Cidade de Campos*, dez. 1849.

